

Migração e reestruturação do mercado de trabalho: o caso da BR-163 no estado do Mato Grosso

Migration and labor market restructuring: the BR-163 case in the state of Mato Grosso

Migration et restructuration du marché du travail: l'affaire BR-163 dans l'état du Mato Grosso

Migración y reestructuración del mercado de trabajo: el caso de la BR-163 en el estado de Mato Grosso

Carla Craice da Silva¹
Felipe Ferraz Vazquez²

Recebido em 02/02/2018; revisado e aprovado em 25/03/2018; aceito em 13/04/2018
DOI:<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1820>

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre a reconfiguração do trabalho agrícola, realizada sob a coordenação das empresas transnacionais, e suas repercussões nos fluxos migratórios. Para a análise, selecionou-se a região da BR-163 em Mato Grosso, que, por um lado, apresentou crescimento expressivo da produção agropecuária e forte presença dessas empresas após 2000 e, por outro lado, registrou um intenso crescimento populacional nos últimos trinta anos. Evidenciou-se, através da análise, que os desdobramentos da cadeia produtiva do agronegócio se associam a fluxos migratórios específicos.

Palavras-chave: população; mercado de trabalho; agronegócio; agroindústria.

Abstract: The present work seeks to address the reconfiguration of agricultural labor, carried out under the coordination of global tradings companies, and its repercussions on migratory flows. For this analysis, the region of highway BR-163 in Mato Grosso was selected, because, after the 2000s it had a significant growth in agricultural production and a strong presence of global tradings companies and also registered an intense population growth in the last thirty years. The results show that the agribusiness productive chain in Mato Grosso is associated with specific migration flows.

Keywords: population; labor market; agroindustry; agribusiness.

Résumé: Le présent travail vise à réfléchir sur la reconfiguration du travail agricole, réalisée sous la coordination des entreprises transnationales, et ses répercussions sur les flux migratoires. Pour l'analyse, la région de BR-163 dans le Mato Grosso a été sélectionnée, qui a présenté une croissance significative de la production agricole et une forte présence des échanges mondiaux après les années 2000 et, d'autre part, enregistré une forte croissance démographique dans les trente dernières années. Il est évident que le développement de la chaîne productive de l'agrobusiness est associé à des flux migratoires spécifiques.

Mots-clés: population; marché du travail; agro-industrie; agroalimentaire.

Resumen: El trabajo busca reflexionar sobre la reconfiguración del trabajo agrícola, realizada bajo la coordinación de las empresas transnacionales y sus repercusiones en los flujos migratorios. Para el análisis, se seleccionó la región de BR-163, Mato Grosso, que presentó un crecimiento expresivo de la producción agropecuaria, una fuerte presencia de las tradiciones mundiales después de 2000 y registró un intenso crecimiento poblacional en los últimos treinta años. Se evidencia que los desdoblamientos de la cadena productiva del agronegocio tienen asociación con flujos emigratorios específicos.

Palabras clave: migración; mercado de trabajo; agroindustria; agronegocio.



¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Campus Malês, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil.

² Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O modo como se organiza a produção agropecuária tem sido influenciado no Brasil por um forte componente internacional, especialmente após a década de 1970. Primeiramente, por conta do processo de reestruturação produtiva, que fortaleceu as relações dependentes do Brasil como exportador de *commodities*; em segundo lugar, pelo aumento dos preços das *commodities* após a década de 1990, devido à demanda por esses produtos pela economia chinesa. Deve-se levar em conta que a exportação de produtos do agronegócio corresponde a 45% do total das exportações brasileiras, com destaque para a produção de soja. A organização da cadeia produtiva das *commodities* sofreu profunda transformação com a centralização das decisões da produção pelas empresas transnacionais, aspecto relevante no país a partir da década de 1990 (ELIAS, 2006; HARVEY, 2014). As orientações técnicas e as negociações de compra e venda da produção se concentraram no entorno das empresas transnacionais, tendo em vista alguns mecanismos associados a tais empresas (como a oferta de pacotes tecnológicos, a comercialização da produção com o exterior e o oferecimento de financiamento aos produtores) que se tornaram pontos centrais na disseminação e no aumento da produtividade do setor de *commodities*.

As transformações da organização da cadeia produtiva foram acompanhadas de mudanças da dinâmica da população envolvida neste setor (CUNHA 2006, 2013; CARMO *et al.*, 2012; ELIAS, 2006). As atividades relacionadas à produção agrícola passaram a se concentrar cada vez mais no espaço urbano. Empresas de comercialização de produtos agrícolas (maquinários, de assistência técnica e de aplicação de produtos, transporte, financeiras, etc.), que se tornaram fundamentais à constituição do agronegócio, passaram a centralizar as relações de produção na cidade. Ademais do aspecto urbano, a necessidade de especialização técnica significou mudanças nas características populacionais em termos de mercado de trabalho. Se antes os empregos eram atendidos por uma oferta de mão de obra de baixa qualificação, o fomento de tecnologia e da agroindústria elevaram a demanda de trabalhadores mais qualificados. Essa mão de obra fica concentrada no setor de serviços, em especial os que atendem a produção no campo.

A hipótese deste trabalho é que a reestruturação do mercado de trabalho associada à cadeia grão-carne significou também uma mudança na configuração dos fluxos migratórios. De um lado, encontram-se os migrantes destinados a atender à demanda de trabalhadores de baixa qualificação em atividades consideradas periféricas, como por exemplo, para as indústrias. De outro lado, houve o fomento aos imigrantes mais qualificados, que se empregam, sobretudo, no setor de serviços e nas atividades consideradas estratégicas para a empresa. Esses serviços, apesar de atenderem à produção do campo, concentram-se principalmente no espaço urbano. O trabalho analisou o desenvolvimento da cadeia grão-carne no estado de Mato Grosso, mais especificamente na região às margens da rodovia BR-163.

Esse estado se destacou como o maior produtor de soja do país, posto alcançado principalmente com a expansão do plantio na década de 2000, em especial no entorno da BR-163, principal via de escoamento da produção do estado. Pelo mesmo motivo, a instalação das empresas transnacionais e das indústrias da cadeia grão-carne se deu prioritariamente nessa mesma região. Diante desse contexto, o objetivo é verificar: primeiramente, se há um crescimento maior entre os trabalhadores do agronegócio na região; e, em segundo lugar, se há um perfil diferenciado dos trabalhadores de acordo com o setor que ocupam.

2 O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA BR-163

A expansão da fronteira da Amazônia foi engendrada com perspectiva de integração do território brasileiro para atender as demandas socioeconômicas e políticas nacionais e estrangeiras (BECKER, 2007; IANNI, 1979). O desenvolvimento capitalista na Amazônia se viabilizou por meio de grandes projetos estatais que estimularam a circulação de mercadorias e população (como a construção de eixos rodoviários e a mudança da capital para o Centro-Oeste) e por meio de incentivos fiscais e creditícios que beneficiaram essencialmente empresas ou grandes produtores com projetos de exploração agrícolas, minerais, e, com menor ímpeto, industriais (IANNI, 1979). Além do oferecimento de créditos, o Estado se responsabilizou pela constituição das estruturas de suporte para a produção, como o armazenamento dos grãos, a produção de fertilizantes, e a comercialização para o estabelecimento da indústria processadora, além de ter o papel de regulador da comercialização (MAZZALI, 2000).

Mato Grosso se beneficiou pelo investimento em rodovias, com destaque para a BR-364, que liga a capital do estado, Cuiabá, ao eixo Centro-Sul; e a BR-163, que parte da capital até o município de Santarém no Pará, cortando o norte do estado. Além disso, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que se ocupava dos projetos de articulação de políticas governamentais, liberou a parte majoritária do seu recurso no setor agropecuário para Mato Grosso. Do total de incentivo para o setor, 64% foram aplicados no estado entre os anos de 1965 e 1977 (IANNI, 1979). Apesar de investimentos menores, os incentivos da agroindústria também se destinaram predominantemente para o Mato Grosso: 33,6% do total foram direcionados ao estado.

Ao mesmo tempo em que se incentivavam os projetos econômicos, o Estado dirigiu o povoamento de uma área considerada como “vazio demográfico”, financiando projetos públicos e privados de colonização dirigida. Para Ianni (1979, p. 62), antes de esses projetos significarem a reforma agrária, sua razão consistia em “constituir reservas de mão de obra para empreendimentos públicos e privados”, pois 95% dos recursos liberados pela SUDAM para projetos em Mato Grosso se destinaram às propriedades com mais de 10 mil hectares. Os incentivos fiscais privilegiavam os grandes proprietários, enquanto os pequenos que se direcionavam para projetos de colonização não se sustentavam ou pelas dificuldades em manter as terras produzindo ou pela forte especulação engendrada pelos incentivos estatais (MARTINE, 1992). Por isto, Martine (1992, p. 14) conclui que, com uma produção voltada prioritariamente para exportação e com a mão de obra composta principalmente pela população nas áreas urbanas. “Mato Grosso parece ter se transformado em área de atração *par excellence* para grandes produtores mecanizados de culturas temporárias, particularmente de soja”.

A partir da década de 1980, o processo de mudança da produção, que Harvey (2014) explicou como um processo de acumulação flexível, significou “mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital” (HARVEY, 2014, p. 137). Apesar de o processo não ter sido homogêneo em todo o globo nem em todos os setores da economia, o setor agropecuário no Brasil sofreu profundos impactos, destacando-se a concentração de terras e a oligopolização do setor (ELIAS, 2006). O contexto da década de 1980 conduziu a uma crescente atuação das empresas transnacionais e a um aumento do controle da produção agropecuária a nível global.

Ao final da década de 1990, as empresas transnacionais passaram a atuar no estado do Mato Grosso, no entanto não adentraram de forma homogênea pelo estado (MAZZALI, 2000). Pode-se

citar a instalação primeiramente da Bunge (de origem holandesa) e da Archer Daniel Midlands (ADM, de origem norteamericana) (ARACRI, 2010) e, posteriormente, da brasileira Amaggi, da francesa Louis Dreyfus *Commodities* (ou apenas Dreyfus) e da americana Cargill. As regiões consideradas prioritárias e que concentram estruturas comerciais das empresas transnacionais são aquelas localizadas às margens da rede rodoviária estabelecida, uma vez que esta é essencial para o escoamento da produção. A região da BR-163 tornou-se um eixo central de expansão de suas relações, com predomínio de proprietários com alta concentração de terras, com certo grau de tecnologia utilizada na sua produção e com capital para o investimento na expansão da produção.

Contudo não apenas a questão logística se demonstrou como fator preponderante: Becker (2007) indicou outros elementos essenciais para compreender a expansão da soja, como a abertura de fronteiras (i. e. terra barata e mercados), a integração política, as relações de trabalho, a ciência e a tecnologia. O processo de oligopolização da agropecuária significou também o entrelaçamento da cadeia grão-carne. O deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste culminou no processo de agroindustrialização da região a partir dos anos 1980 (MAZZALI, 2000). A empresa Sadia, na década de 1970, implantou empresas especializadas em aprimoramento de genética animal em Cárceres, MT, e em Várzea Grande, MT, entorno de Cuiabá, MT (ESPÍNDOLA, 2014). Entretanto foi a partir de 1985 que as empresas que concentram grande parte do mercado na indústria alimentícia, Sadia e Perdigão, investiram em Mato Grosso.

Por um lado, os novos atores se beneficiavam da proximidade e da grande oferta da matéria-prima, a soja e o milho, para produzir ração a baixo custo (BERNARDES, 2015). Além disso, a região já contava com substancial concentração de mão de obra técnica. Por outro lado, a vinda dessas empresas foi impulsionada por vantagens concedidas pelos governos municipal, estadual e federal, como melhorias das vias de circulação, terrenos oferecidos para suas instalações, infraestrutura urbana e isenção de impostos por determinado período (BERNARDES, 2015).

Em suma, o processo de ocupação econômica da BR-163 foi marcado inicialmente por políticas governamentais de ocupação priorizando a concentração de terras e uma política de créditos que beneficiava os proprietários com maior acúmulo de capital. A partir do final da década de 1990, o crescimento da presença das empresas transnacionais no processo de produção gerou, entre outros aspectos, o entrelaçamento da cadeia grão-carne. Segundo o Dieese (2014), os processos de modernização agrícola provocaram a diminuição da população em ocupações rurais desde 1985. Entende-se que, com as transformações na cadeia produtiva da agropecuária, também houve mudanças na estrutura do mercado de trabalho atrelada a esse setor, o que será discutido mais profundamente nos próximos tópicos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS DE ANÁLISE

Para a realização da análise sobre a relação a reestruturação do mercado de trabalho que se segue no tópico subsequente, foram utilizados os microdados do Censos de 1991, 2000 e 2010. Os microdados são relativos à amostra do Censo Demográfico, sendo que a sua construção cabe ao órgão responsável pela coleta de dados censitários, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cabe salientar que a análise se ateve à População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA). Considerou-se a População em Idade Ativa (PIA) como aquela residente nos municípios em análise acima de 14 anos e a População Economicamente Ativa (PEA) como aquela ocupada no momento da entrevista. As atividades nas quais a população es-

tava ocupada foram extraídas dos Censos Demográficos entre 1991 e 2010, tendo como recorte espacial as microrregiões ao norte da capital Cuiabá, no entorno da BR-163. As microrregiões analisadas foram selecionadas considerando o aumento da produção de soja. A partir desses critérios, foram analisadas inicialmente as microrregiões de Rosário Oeste, Alto Teles Pires e Sinop, comparando-as com os dados do estado de Mato Grosso. O recorte temporal possibilitou abarcar desde o momento do projeto estatal de ocupação até as transformações resultantes da reestruturação produtiva em especial após a década de 2000 (ARACRI, 2010).

Ao considerar as transformações do mundo do trabalho, nota-se que a análise dos trabalhadores relacionados ao agronegócio não deve se restringir àqueles trabalhadores associados à produção no campo, uma vez que as fronteiras da propriedade e da cadeia se tornaram tênues. Buscou-se, portanto, reconstruir as características sociodemográficas dos trabalhadores associados aos diferentes momentos da cadeia de produção do agronegócio.

Nesse sentido, foi necessária construir uma classificação sobre a atividade econômica a partir do Censo, que identificava a atividade específica na qual o trabalhador se ocupava, possibilitando um agrupamento por setores da economia (primário, secundário e terciário). Baseando-se na discussão proposta por Arruda (2007) e utilizando-se os dados do Censo Demográfico, os trabalhadores foram divididos em dois grupos: (1) os trabalhadores de dentro da porteira, que executam as atividades da cadeia da produção que lidam diretamente com a terra, abarcando os trabalhadores com ocupações classificadas no setor primário; (2) os trabalhadores de fora da porteira, que foram divididos em dois subgrupos: aqueles relacionados à indústria, com ocupações no setor secundário, e aqueles relacionados aos serviços, com ocupações no setor terciário. Com tais divisões, pretendeu-se verificar, primeiro, se houve um crescimento maior entre os trabalhadores do agronegócio em comparação a outros trabalhadores e, segundo, se houve um perfil diferenciado dos trabalhadores de acordo com o setor que estes ocupavam.

A comparação entre os dados intercensitários das atividades econômicas foi possível por conta da compatibilização das categorias de atividades, porém houve algumas dificuldades para realizar tal equivalência. Entre os Censos de 1991 e 2000, houve mudanças na classificação de atividade, uma vez que a classificação de atividade econômica no Censo de 1991 foi estabelecida pelo próprio IBGE, enquanto no Censo de 2000 as categorias de atividade foram adaptadas a partir da nomenclatura oferecida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), resultando na classificação da CNAE Domiciliar (CNAE-Dom). Em 2010, a CNAE-Dom 2.0 apresentou um menor grau de alteração quando comparado com o período intercensitário anterior, de 1991 a 2000. A fim de viabilizar a comparação intercensitária, a Comissão Nacional de CLASSIFICAÇÃO (CONCLA) disponibilizou uma tabela onde foi possível verificar as variáveis correspondentes entre os Censos Demográficos³. Observando-se a compatibilização entre os anos censitários, foram classificadas 50 nomenclaturas de atividades ligadas à cadeia grão-carne no Censo do ano de 1991, 61 nomenclaturas em 2000 e 66 nomenclaturas em 2010. Tal classificação foi facilitada pelo fato de a região de análise ter como base econômica a produção agropecuária^{4, 5}.

³ As tabelas de correspondência estão disponíveis em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas.html>. Acesso em: 8 mar. 2016.

⁴ Cabe considerar que em um município onde outras atividades sejam tão importantes quanto a produção agropecuária, a classificação aqui proposta não seja tão efetiva.

⁵ Um maior detalhamento sobre as atividades do terciário pode ser obtido através do registro do Ministério do Trabalho disponibilizado através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), contudo a base trata somente de trabalhadores formais e não disponibiliza informações sociodemográficas dos trabalhadores.

Cabe salientar alguns pontos sobre a metodologia do trabalho. Buscou-se construir uma possibilidade de análise da complexidade dos fluxos migratórios a partir de dados secundários. Contudo cabe destacar que há limitações do Censo Demográfico para captar diferentes momentos de migração da população. Um segundo ponto relevante de caráter metodológico se refere ao recorte proposto a partir da CNAE-Dom, classificação utilizada para categorização nos Censos Demográficos. A CNAE-Dom apresenta um número reduzido de categorias, e não é possível atribuir com total segurança algumas categorias do setor terciário – como atividades financeiras – à cadeia grão-carne. Assim, esse recorte não seria preciso em lugares onde a produção agropecuária não fosse protagonista, como ocorre na região de estudo. Mas a abordagem se mostrou elucidativa para a compreensão dos trabalhadores do agronegócio, como será apresentado no próximo tópico.

4 AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

A primeira questão a ser tratada é o quanto a cadeia grão-carne representava em termos de porcentagem de trabalhadores nas áreas tratadas. A análise da população empregada comparou aqueles empregados na cadeia grão-carne e aqueles empregados em outras atividades. Isto demonstrou que, apesar da produção agropecuária exercer grande importância econômica na região de Alto Teles Pires, Sinop e Rosário Oeste, esta não é a principal responsável por empregar a população diretamente (Tabela 1). Isso não significa que atividade agropecuária não dinamizou a economia local, e sim que outras atividades se mostraram mais relevantes na geração de emprego.

Cabe salientar que, na tabela abaixo, já foram agregadas atividades relacionadas à cadeia grão-carne relativas aos setores primário, secundário e terciário, ou seja, mesmo considerando a cadeia como um todo, ainda assim outras atividades são relevantes no emprego da população no conjunto de regiões analisado desde 1991.

Tabela 1 – População Economicamente Ativa (PEA) distribuída em empregados na cadeia grão-carne e outras atividades por setor de atividade (volume e %)

		Cadeia carne/grãos		Outras atividades		Total
1991	Alto Teles Pires	10.527	(53%)	9.203	(47%)	19.729
	Sinop	8.215	(27%)	22.383	(73%)	30.598
	Rosário Oeste	3.370	(39%)	5.262	(61%)	8.632
	Mato Grosso	264.527	(35%)	481.205	(65%)	745.732
2000	Alto Teles Pires	18.907	(43%)	24.665	(57%)	43.573
	Sinop	17.707	(31%)	39.283	(69%)	56.990
	Rosário Oeste	5.209	(51%)	4.996	(49%)	10.205
	Mato Grosso	369.448	(37%)	627.587	(63%)	997.035
2010	Alto Teles Pires	24.760	(25%)	73.125	(75%)	97.885
	Sinop	24.239	(28%)	62.813	(72%)	87.052
	Rosário Oeste	1.541	(13%)	10.109	(87%)	11.649
	Mato Grosso	320.884	(22%)	1.106.177	(78%)	1.427.061

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – Microdados da Amostra.

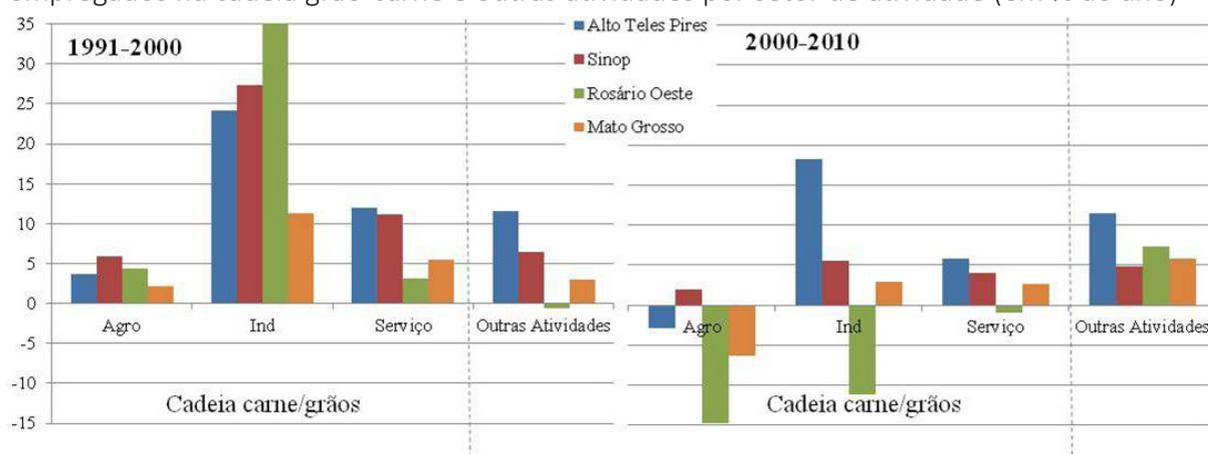
Na microrregião do Alto Teles Pires, o aumento da presença das empresas transnacionais na região e a instalação da indústria de processamento de frangos e suínos da empresa *Brasil Foods* (BRF)⁶, ambas em 2000, elevaram o número de trabalhadores. Apesar disso, a cadeia de grãos e carnes também reduziu sua participação ao longo do tempo. Em 1991, esta possuía 53% dos trabalhadores e em 2010, este percentual era de 25%, estando ligeiramente mais elevado do que a média estadual (22%).

A distribuição da população da microrregião de Sinop entre atividades ligadas à cadeia grão-carne e outras atividades não apresentou transformações relevantes ao longo das duas décadas em análise, estando em torno de 30% e 70% respectivamente. Porém a população empregada praticamente triplicou em 20 anos, saltando de pouco mais de 30 mil para 87.052 moradores acima de 14 anos.

Por fim, a PEA de Rosário Oeste apresentou um movimento mais brusco de diminuição da proporção de empregados na cadeia grão-carne, sendo que foi a única região onde diminuiu o número de empregados relacionados a essa atividade. Quanto ao total de trabalhadores, foi a microrregião com menor crescimento, de 35% entre 1991 e 2010.

O Gráfico 1 apresenta a taxa de crescimento da PEA.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) distribuída em empregados na cadeia grão-carne e outras atividades por setor de atividade (em % ao ano)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010- Microdados da Amostra.

Tais análises estritas podem levantar dúvidas sobre se, de fato, houve um processo de reestruturação produtiva relacionada à cadeia grão-carne na região da BR-163 como foi sugerido nos itens anteriores deste artigo. Entretanto, quando se observa o Gráfico 1, nota-se que foram os setores da indústria e dos serviços que apresentaram maior crescimento dos empregados na cadeia grão-carne, não o setor primário em si. Inclusive, entre 2000 e 2010, o setor primário apresentou decremento enquanto a indústria e o setor de serviços permaneceram crescendo, porém em menor intensidade que outras atividades econômicas. Tal aspecto é explicado pelo processo de reestruturação do mercado de trabalho. Especificamente para cadeia agropecuária, Arruda (2007) apontou para as mudanças no processo produtivo tratando a cadeia produtiva em três momentos distintos: antes da porteira, dentro da porteira e pós-

⁶ A BRF é resultado da fusão entre as empresas Sadia e Perdigão no ano de 2011.

-porteira. O “antes da porteira” tem como agentes o capital financeiro (multinacionais, bolsa de valores etc.) e o desenvolvimento técnico-científico (maquinários, sementes, técnicas de plantio, agroquímicos etc.). O “dentro da porteira” caracteriza-se pela circulação de forças de trabalho e de meios de produção, dentre outras atividades que participaram indiretamente do processo produtivo. O que aconteceu dentro da porteira não dependia necessariamente de trabalhadores que estão no rural ou trabalhavam para o proprietário, mas passou a envolver diretamente empresas que ofereciam técnicas de avaliação do solo para o plantio. O último momento, o “pós-porteira”, envolveu armazéns, silos, empresas de transportes, indústrias beneficiadoras da produção, a comercialização e o varejo. Ou seja, uma série de outros trabalhadores que não atuavam diretamente dentro da porteira tornou-se essencial para viabilizar a produção agropecuária pós-1990.

Dessa forma, a continuidade da análise irá se focar nas microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop entendendo que estas apresentam um grande crescimento no volume de PIA justamente nos setores que se destacam no processo de reestruturação do mercado de trabalho: o secundário e o terciário. Já a microrregião de Rosário Oeste foi excluída da análise tendo em conta o decréscimo da PIA associado às atividades produtivas da cadeia carne-grão.

A Tabela 2 traz um panorama de características sociodemográficas dos trabalhadores da cadeia grão-carne e da PIA em geral. O processo de ocupação da fronteira foi caracterizado por uma população constituída principalmente por homens (CLEARY, 1993), e é interessante destacar que a economia agropecuária da região permanece com forte predomínio de homens em todos os setores (Tabela 2). Mesmo com as famílias vindo em um segundo momento da ocupação, as mulheres não se envolveram na produção agropecuária de forma substantiva, tanto que, em 1991, todos os setores eram predominantemente masculinos (mais de 85%). As mulheres se empregam em outras atividades não relacionadas à cadeia grão-carne, principalmente no setor de serviços, o único que apresenta maior proporção de mulheres.

Tabela 2 – Características sociodemográficas da População em Idade Ativa (PIA) distribuída em empregados na cadeia grão-carne e outras atividades por setor de atividade (em %)

		1991	2000	2010
Microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop – MT				
cadeia grão-carne				
Primário	<i>Total</i>	12.268	18.321	17.253
	Homens	96%	92%	81%
	Urbano	26%	46%	54%
	Idade média	34	35	37
	Fundamental incompleto	86%	80%	40%
	Superior completo	1%	1%	5%
	Menos de 5 anos no município	53%	44%	31%
Secundário	<i>Total</i>	196	1.569	4.937
	Homens	85%	68%	64%
	Urbano	79%	90%	91%
	Idade média	34	31	30
	Fundamental incompleto	86%	60%	16%
	Superior completo	2%	2%	4%
	Menos de 5 anos no município	66%	50%	62%
Terciário	<i>Total</i>	6.277	16.724	26.809
	Homens	85%	83%	70%
	Urbano	89%	87%	91%
	Idade média	30	30	34
	Fundamental incompleto	62%	55%	22%
	Superior completo	2%	2%	11%
	Menos de 5 anos no município	52%	43%	29%
PIA Total	<i>Total</i>	77.757	154.431	266.745
	Homens	55%	53%	53%
	Urbano	62%	79%	82%
	Idade média	32	34	36
	Fundamental incompleto	37%	27%	5%
	Superior completo	2%	3%	9%
	Menos de 5 anos no município	52%	42%	30%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010- Dados da Amostra.

Cabe salientar que a presença de população rural foi relevante no momento da expansão da fronteira. Contudo, ao mesmo tempo, a economia urbana se expandiu pela própria necessidade de fortalecer as instituições públicas (administração governamental, educação, saúde, etc.) e pela área dos serviços (BECKER, 1985; MARTINE, 1991). Os fluxos migratórios não se destinavam prioritariamente para as áreas rurais, mas para as cidades, o que reforça a perspectiva apontada por Becker (1985) e Ianni (1979) acerca do caráter urbano da ocupação fronteira. Isto auxilia a compreender o porquê da PIA total ser majoritariamente urbana (62%) já em 1991, aspecto distinto da PIA associada a cadeia carne-grão.

A expansão da fronteira com base na produção de *commodities* em médias e grandes propriedades dependia dos “nós” urbanos para viabilizá-la (BECKER, 1985). Os trabalhadores

situados nos setores secundário e terciário eram responsáveis por atribuir esse caráter urbano e moravam predominantemente na cidade, desde o momento da expansão da fronteira, com percentual acima de 70% desde 1991 até 2010. Porém trabalhadores do setor primário, que atuam “dentro da porteira”, ainda permanecem em maior proporção morando na área rural, quando comparados aos dois primeiros grupos. Em 1991, apenas 26% dos trabalhadores de “dentro da porteira” trabalhavam na cidade. Em 2010, apesar do percentual maior, 54%, ainda assim há um grande número de trabalhadores morando em propriedades rurais.

A idade média é o terceiro fator que varia pouco ao longo do tempo para os três setores, entretanto é possível verificar algumas tendências. Enquanto para o setor agropecuário e terciário há uma tendência de envelhecimento dos trabalhadores ao longo dos últimos 20 anos, o setor industrial passou a empregar uma população mais jovem. Além disso, os produtores “dentro da porteira” são, em média, mais velhos, apontando para um envelhecimento da população diretamente ligado ao campo.

Sobre a escolaridade, enquanto 40% dos trabalhadores do setor primário cursaram apenas o ensino fundamental incompleto, entre os trabalhadores na indústria e nos serviços o percentual com escolaridade em um nível tão baixo é menor. Entretanto o nível superior foi alcançado mais amplamente entre os trabalhadores relacionados aos serviços, porém em um percentual de apenas 11%, que já aponta a necessidade de trabalhadores mais especializados dentro da cadeia produtiva. Já os trabalhadores da indústria eram, em grande parte, periféricos à cadeia produtiva (HARVEY, 2014) e com um grau de especialização menor, sujeitos a uma maior flexibilização e a condições precárias de trabalho.

Tal diferença deve ser compreendida com base no contexto da mudança de demanda da produção, que significou na necessidade de um trabalhador de conhecimentos múltiplos e em constante processo de conhecimento (ARACRI, 2010). É comum encontrar um profissional nas fazendas que possua desde o conhecimento sobre o processo produtivo da terra até o conhecimento do gerenciamento e planejamento do funcionamento de uma fazenda, um trabalhador com plurifuncionalidade. Não se trata necessariamente de uma mão de obra qualificada ou especializada. As competências principais de uma parte dos trabalhadores de dentro da porteira se alteraram para a capacidade de gerenciamento. Numa intensa relação com outros setores econômicos (a aproximação da cadeia grão-carne), o agronegócio também demandou mão de obra de baixa qualificação para o trabalho na produção industrial e para serviços gerais (D'ANTONA; DAL GALLO, 2011). Desenvolveu-se, com isso, um mercado de trabalho que demandou os dois extremos na estrutura laboral: um primeiro grupo de trabalhadores com alta qualificação, que têm um conhecimento maior em termos tecnológicos; e um segundo grupo, com menores necessidades técnicas e que se inserem no mercado de trabalho nas atividades periféricas.

Ainda na tabela 2, um primeiro aspecto da questão migratória se refere ao tempo médio de moradia de cada grupo analisado. Trabalhadores da cadeia grão-carne relacionados diretamente à agropecuária ou que prestam serviços às propriedades eram moradores mais antigos do município: aproximadamente 30% deles chegaram há apenas cinco anos. Já a população que atua diretamente com o processamento de grãos e carne, atividade reconhecida como prejudicial à saúde do trabalhador, estava, em grande parte, composta por migrantes recentes (62%).

Sobre o lugar de nascimento dos trabalhadores da cadeia grão-carne, agora na Tabela 3, nota-se que o predomínio é de sulistas em todas as atividades, com exceção do setor industrial em 2010. É importante salientar que a implantação da indústria da BRF em Lucas do Rio Verde,

município situado na microrregião de Alto Teles Pires, veio acompanhada por uma política de contratação de trabalhadores no Nordeste e, mais recentemente, no Norte. O que se encontra é um perfil migratório similar ao dos trabalhadores de dentro da propriedade e daqueles que prestam serviços, enquanto os empregados na indústria possuem outra origem migratória.

Tabela 3 – População em Idade Ativa (PIA) por distribuição de região de nascimento e região de residência 5 anos antes do Censo Demográfico (em %)

		região de Nascimento			região de residência 5 anos anterior ao Censo		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop – MT							
cadeia grão-carne							
Primário	<i>Total</i>	12.268	18.321	17.253	12.268	18.321	17.253
	Norte	0%	1%	2%	1%	1%	1%
	Nordeste	6%	9%	13%	1%	1%	4%
	Sudeste	15%	10%	3%	3%	1%	0%
	Sul	59%	59%	50%	19%	10%	4%
	Centro-Oeste	13%	6%	7%	21%	25%	20%
	Outros*	7%	16	25%	56%	63%	71%
Secundário	<i>Total</i>	196	1.569	4.937	196	1.569	4.937
	Norte	0%	1%	3%	0%	2%	2%
	Nordeste	0%	11%	42%	0%	2%	36%
	Sudeste	16%	8%	3%	0%	1%	1%
	Sul	76%	54%	21%	26%	14%	2%
	Centro-Oeste	6%	8%	4%	16%	21%	19%
	Outros*	2%	18%	26%	57%	60%	40%
Terciário	<i>Total</i>	6.277	16.724	26.809	6.277	16.724	26.809
	Norte	0%	1%	2%	2%	1%	1%
	Nordeste	4%	7%	10%	0%	1%	3%
	Sudeste	12%	11%	2%	2%	1%	0%
	Sul	74%	61%	46%	22%	9%	3%
	Centro-Oeste	8%	6%	7%	16%	22%	20%
	Outros*	3%	14%	33%	58%	66%	73%
PIA Total	<i>Total</i>	77.757	154.431	266.745	77.757	154.431	266.745
	Norte	0%	1%	2%	1%	1%	1%
	Nordeste	5%	9%	12%	1%	1%	4%
	Sudeste	14%	11%	3%	3%	1%	0%
	Sul	64%	54%	40%	19%	8%	3%
	Centro-Oeste	10%	7%	7%	19%	23%	20%
	Outros*	7%	18%	36%	58%	65%	71%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010- Dados da Amostra.

Observação: A categoria “Outros” da *região de nascimento* se refere a indivíduos que nasceu neste município, brasileiros sem especificação do estado, estrangeiros ou sem declaração. Já a categoria “Outros” da *região de residência 5 anos anterior do Censo* se refere a indivíduos que residiam no município na data de referência, brasileiros sem especificação do estado, estrangeiros ou sem declaração.

Em 1991, as porcentagens de moradores do Centro-Oeste e Sul eram próximas, variando entre 16% e 26%, enquanto as de outras regiões eram insignificantes. Já em 2010, a região de destaque com mais trabalhadores no setor primário e no de serviços é a Centro-Oeste (20% em ambos), o que indica a maior circulação intrarregional, e a categoria “Outros” (71% e 73% respectivamente), provavelmente influenciada pela população que morava no mesmo município de residência no momento do Censo. Já os trabalhadores da indústria vieram predominantemente do Nordeste (36%) seguido do Centro-Oeste (19%) indicando uma migração mais recente e de movimento inter-regional.

O que se destaca sobre as características de uma forma geral é que os trabalhadores de “dentro da porteira” e aqueles relacionados à prestação de serviços vieram das mesmas regiões, ou seja, são sulistas de migração mais antiga, porém os últimos possuem uma escolaridade mais elevada e são mais jovens. Os trabalhadores da indústria possuem um perfil mais diverso, formado em grande parte por população oriunda do Nordeste com uma migração mais recente, mais jovem e com uma escolaridade que se situa entre os dois grupos citados anteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de reforçar a relação entre economia, trabalho e migração, o presente trabalho buscou problematizar quais os significados de transformações produtivas referentes ao agronegócio para a migração em um espaço com crescimento populacional acima da média do próprio estado em que está situado e da média brasileira. Longe de ser um processo homogêneo, analisa-se que os fluxos migratórios se constituem a partir de demandas específicas do capital.

A análise dos dados demonstrou que os trabalhadores do agronegócio na cadeia grão-carne tiveram um crescimento superior ao dos trabalhadores em geral no momento de constituição da cadeia grão-carne entre 1991 e 2000. Após esse momento, o destaque recaiu ao crescimento dos empregados em outras atividades fora da cadeia. Quer dizer, apesar do protagonismo da produção agropecuária, os empregos da região não estão diretamente ligados a esta.

Ao tratar mais profundamente dos trabalhadores associados ao setor grão-carne, nota-se um processo de reestruturação com o aumento da importância dos trabalhadores fora da porteira, que eram numericamente mais volumosos que aqueles que estavam em postos de trabalho dentro da porteira (ARRUDA, 2007). A análise ainda mostrou que o setor era predominantemente ocupado por trabalhadores homens, característica marcante desde o processo de ocupação da década de 1980. Isso não aconteceu apenas “dentro da porteira”, mas em todos os setores relacionados à cadeia produtiva. E, mais uma vez, a cadeia grão-carne se mostrou uma produção extremamente urbana, cuja maioria é formada não pelos trabalhadores de dentro da porteira (que, em certa medida continuam vivendo na área rural), mas pelos trabalhadores de fora da porteira. Também se evidenciou com a análise que se desenha uma divisão social do trabalho nas atividades agropecuárias, coincidindo com uma divisão espacial do trabalho, tendo como unidade de referência o estado. Os imigrantes vindos de estados da região Nordeste estão presentes principalmente no setor secundário (e não em outros setores), enquanto os outros setores estão sendo ocupados, sobretudo, por trabalhadores que nasceram em estados do Sul e que tiveram como última residência um dentre os estados do Centro-Oeste. Contudo novas investigações são necessárias para investigar com maior profundidade esse processo que a análise empírica apontou.

REFERÊNCIAS

- ARACRI, L. A. dos S. *Sistemas de produção agrícola e meio técnico-científico-informacional: a difusão da agricultura de precisão e a modernização do espaço agrário em Mato Grosso*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ARRUDA, Z. A. *Onde esta o agro deste negócio?* Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- BECKER, B. K. Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: COSTA, W. M.; BECKER, B. K.; ALVES, D. S. (Org.). *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, p. 357-71, 1985.
- BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XIX, n. 507, p. 1-28, 2015. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15112>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- CARMO, R. L.; DAGNINO, R. S.; CAPARROZ, M. B.; LOMBARDI, T. T. N. Agroindústria, grandes projetos de infraestrutura e redistribuição espacial da população: tendência populacionais recentes no Mato Grosso e Pará. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, PE, n. 27, n. 2, p. 58-90, jul./ago. 2012.
- CLEARY, D. After the frontier: problems with political economy in the modern brazilian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 25, n. 2, p. 331-49, 1993.
- CUNHA, J. M. P. La Amazonia Legal y el cerrado en el contexto de la migración interna en el Brasil en el período 1995-2010. *Notas de Población*, Santiago, Chile, ano XL, n. 96, p. 171-203, 2013.
- CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso do Mato Grosso. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 88-107, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- D'ANTONA, A. O.; DAL GALLO, P. M. Urbanização, agronegócio e mudanças climáticas no Centro-Oeste. In: MARANDOLA JR, E.; D'ANTONA, A. O.; OJIMA, R. (Org.). *População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste*. 1. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2011.
- DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. *Estudos e Pesquisas*, n. 74, 2014.
- ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona, v. X, n. 218(3), p. 1-21, 2006.
- ESPÍNDOLA, C. J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6. *Anais [...]*. São Paulo, 2014.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MARTINE, G. *Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral*. Brasília: Instituto SPN, 1992. (Documento de Trabalho, n. 12).

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 23, p. 7-36, mar. 1991.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Sobre autores:

Carla Craice da Silva: Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Cientista social. Docente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). **E-mail:** carla.craice@gmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-9598-2275>

Felipe Ferraz Vazquez: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Economia Industrial, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor de Economia na Universidade do Estado de Mato Grosso. **E-mail:** felipe@unemat-net.br, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-8523-8354>